

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
____/DF

Autos n.

_____, parte executada revel citada por edital, representada pela CURADORIA ESPECIAL, exercida pela DEFENSORIA PÚBLICA do DF, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso de apelação interposto pela parte contrária e postular: (1) o seu recebimento e processamento, (2) a juntada aos autos das razões anexas, bem como (3) a remessa dos presentes autos a uma das colendas Turmas Cíveis do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Pede deferimento.

Brasília - DF, 27 de October de 2023__.

DEFENSOR(a) PÚBLICO(a)

**COLEDA ____ TURMA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,**

EMINENTE DESEMBARGADOR(A) RELATOR(A),

_____, parte executada revel citada por edital,
representada pela CURADORIA ESPECIAL, exercida pela DEFENSORIA
PÚBLICA do DF, apresenta a essa colenda Corte de Justiça, as suas

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO,

lastreadas nos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I. Sentença:

A r. sentença recorrida pronunciou a prescrição da
pretensão do recorrente _____, nos
seguintes termos:

“SENTENÇA.”

II. Recurso:

Irresignada, em sua apelação, a parte recorrente: (1)
postula a cassação da sentença, sob o argumento de que o MM. Juízo *a*
quo reconheceu a nulidade da citação editalícia e a prescrição da
pretensão de cobrança antes da citação do recorrente para impugnar os
embargos à execução; (2) subsidiariamente, postula a reforma da
sentença, para que, tendo sido reconhecida a prescrição da pretensão

executória, haja a conversão do processo de execução em procedimento monitório (fls. 48/57).

III. Razões para o improvimento do recurso:

As questões submetidas ao exame dessa egrégia Corte de Justiça são as seguintes:

(1) É juridicamente possível o reconhecimento da nulidade da citação editalícia no processo de execução e, por conseguinte, a pronúncia da prescrição da pretensão de cobrança antes mesmo da citação do exequente para impugnar os embargos à execução?

(2) Tendo sido reconhecida a prescrição da pretensão de cobrança da pretensão, é possível a conversão do processo de execução em procedimento monitório?

As duas questões controversas merecem resposta negativa e serão abordadas a seguir.

(1) A sentença não deve ser cassada porque a declaração da nulidade da citação do executado e a pronúncia da prescrição da pretensão de cobrança do exequente são providências que podem ser empreendidas pelo magistrado ainda que não tenha ocorrido a citação da parte credora no âmbito dos embargos à execução opostos pelo executado.

As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais (artigo 247, do CPC).

A jurisprudência do Tribunal de Justiça do DF afirma que, “antes da expedição de edital de citação faz-se necessário o esgotamento de todos os meios possíveis para a localização da parte ré”, sob pena de nulidade da citação (Acórdão n. 592125, 20120020081897AGI, Relator LÉCIO RESENDE, 1ª Turma Cível, julgado em 30/05/2012, DJ 08/06/2012 p. 83; Acórdão n. 586992, 20110020180789AGI, Relator ANGELO PASSARELI, 5ª Turma Cível, julgado em 16/05/2012, DJ 23/05/2012 p. 109; Acórdão n. 585731, 20100510027989APC, Relator ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, 6ª Turma Cível, julgado em 09/05/2012, DJ 17/05/2012 p. 186).

Cumpra à parte demandante apresentar meios razoáveis para realização das diligências necessárias para a citação da parte *ex adversa*, participando ativamente e fornecendo os meios adequados para que o Judiciário realize todos os procedimentos plausíveis em tempo hábil. Assim, espera-se da parte demandante que promova pedido de citação da parte requerida nos seus endereços explicitamente disponíveis nos autos, antes da realização da citação por edital, sob pena de decretação de sua nulidade (*vide* TJDF, Acórdão n. 691767, 20100111413586APC, Relator: CRUZ MACEDO, Revisor: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 26/06/2013, Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág: 156; Acórdão n. 683809, 20120710180419APC, Relator: FERNANDO HABIBE, Revisor: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 12/06/2013, Publicado no DJE: 17/06/2013. Pág.: 283).

A nulidade do processo decorrente da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo é medida que pode ser decretada **de ofício** pelo magistrado, ainda que não articulada pela parte interessada (artigo 267, inciso IV, combinado com o seu parágrafo 3º, ambos do CPC), por se tratar de matéria de **ordem pública**.

Como afirma a jurisprudência desse Tribunal de Justiça, “a falta de citação válida constitui **grave ofensa ao contraditório**,

princípio fundamental do direito processual gerando, consequentemente, **nulidade absoluta do processo**, a qual pode ser reconhecida, **inclusive de ofício, em qualquer grau de jurisdição**” (Acórdão n.715952, 20110710263459APC, Relator: ALFEU MACHADO, Revisor: LEILA ARLANCH, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 26/09/2013, Publicado no DJE: 30/09/2013. Pág.: 72).

Não se efetuando a citação válida, haver-se-á por não interrompida a prescrição (artigo 219, parágrafo 4º, do CPC).

O reconhecimento da prescrição também é providência que pode ser empreendida de ofício pelo magistrado, conforme disposto no artigo 219, parágrafo 5º, do CPC, com a redação dada pela Lei nº 11.280, de 2006.

Portanto, não haveria nenhum obstáculo à pronúncia da nulidade da citação e consequente reconhecimento da prescrição, **no âmbito do próprio processo de execução**, ainda que de ofício pelo magistrado.

Ora, se a nulidade da citação do executado e a prescrição poderiam ser reconhecida no âmbito do processo de execução instaurado pelo recorrente, por evidente via de consequência, **também não há nulidade** na adoção dessas medidas, após provocação do interessado, no âmbito de **embargos à execução** por ele apresentados, **ainda que não tenha ocorrido a citação do exequente**.

A ausência de citação do exequente para impugnar os embargos à execução opostos pelo executado não ocasiona prejuízo relevante ao exequente, pois a pronúncia da nulidade da citação do executado e o reconhecimento da prescrição da pretensão poderiam ser realizados, validamente, inclusive de ofício, pelo magistrado no próprio processo de execução.

A circunstância de tal reconhecimento ter sido realizado no âmbito dos embargos à execução apresentados pelo executado não provoca nulidade da sentença, pois não influi no exercício do contraditório e da ampla defesa, dada a natureza (ordem pública) dos temas debatidos. Portanto, não deverá haver cassação da sentença para que outra seja pronunciada, após a citação do exequente, pois tal medida não consubstanciou prejuízo significativo à parte (artigo 282, parágrafo 1º, do CPC), consoante o brocardo "*pas de nullité sans grief*".

Sendo assim, não há razão para a cassação da sentença.

(2) Subsidiariamente, a parte recorrente postula a reforma da sentença, para que, tendo sido reconhecida a prescrição da pretensão executória, haja a conversão do processo de execução em procedimento monitório (fls. 48/57).

O pedido também não colhe chance de êxito.

A prescrição reconhecida pelo magistrado não é a que extirpa a 'executividade' do título, mas a que fulmina a própria pretensão de exigibilidade da prestação (do crédito).

A sentença foi clara ao afirmar que "*não seria o caso de conversão em procedimento monitório, visto que, embora possibilite a cobrança de títulos que perderam sua eficácia executiva, há que se verificar se a pretensão subjetiva do direito de cobrança do crédito está prescrita ou não, de modo a cancelar o título executivo judicial que se requer, porque se o próprio direito ao crédito estiver fulminado pela prescrição, não há que falar em acolhimento da ação monitória*".

Destarte, o reconhecimento da nulidade da citação e da incidência da prescrição são medidas que poderiam ser empreendidas de ofício pelo magistrado, devendo ser mantida íntegra a sentença recorrida. Por outro lado, não há razão para converter em procedimento monitório uma pretensão de cobrança já fulminada, irremediavelmente, pela

prescrição.

Por isso, a parte recorrida pugna a Vossas Excelências a confirmação da sentença recorrida e da condenação da parte recorrente sucumbente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do DF - PROJUR (artigo 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007 e Decreto Distrital nº 28.757/2008), a serem recolhidos mediante Documento de Arrecadação (DAR), junto ao Banco de Brasília (BRB) – sob o código ‘ Remuneração de Depósitos Bancários’ - PROJUR.

Brasília/DF, .

DEFENSOR PÚBLICO